

CHAVES INÚTEIS? TRANSFORMAÇÕES NAS CULTURAS DO TRABALHO E DO EMPREGO DA PERSPECTIVA DE EXPERIÊNCIAS JUVENIS DE DESEMPREGO POR DESALENTO

*Fabiana Augusta Alves JARDIM**

RESUMO: Tendo como referência a perspectiva e as narrativas de trabalho e de procura de trabalho de jovens, residentes na região metropolitana de São Paulo, o artigo procura iluminar as novas relações entre cultura do trabalho e cultura do emprego. Analisando os projetos e o sentido atribuído pelos jovens à sua trajetória, argumenta-se que, além de dar notícia das transformações recentes no mercado de trabalho, suas narrativas revelam também novas formas de experiência das desigualdades sociais, culturais e econômicas. Desse modo, a decisão pela interrupção de suas buscas por trabalho aparece às vezes como recusa, outras como estupefação frente a uma realidade desencontrada em relação àquela para a qual seus processos de socialização lhes prepararam.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura do trabalho. Cultura do emprego. Juventude e trabalho. Mercado de trabalho. Desigualdades. Desemprego por desalento.

*Com a chave na mão
Quer abrir a porta
Não existe porta.
(ANDRADE, 1995, p.94).*

Quando eu era criança, no início dos anos 1980, havia uma brincadeira bastante comum que nos encantava: tratava-se de listar, em torno de um quadrado, as marcas dos carros que imaginávamos que teríamos, as cidades onde

* USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação – Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação. São Paulo – SP – Brasil. 05508-040 – fajardim@usp.br

iríamos morar, qual profissão e quantos filhos iríamos ter (nesse caso, podia-se ter de nenhum até o limite máximo de quatro) e quais os nomes dos imaginados futuros cônjuges. Após a listagem, escreveríamos no tal quadrado central a idade em que esperávamos nos casar, e esse número era tomado em conta para a progressiva eliminação das alternativas, até que, ao final da brincadeira, nosso destino estivesse traçado. Crianças em nossos sete ou oito anos, a idade escolhida muito raramente passava dos 24 anos, sendo em geral menor – quase sempre 21. Em nosso imaginário infantil, aos vinte e poucos anos já seríamos adultos, profissionais, responsáveis por uma família e proprietários de signos de sucesso e independência em relação a nossos pais: nessas brincadeiras, de crianças de classe média cujos pais eram, em grande maioria, funcionários públicos ou empregados em indústrias da região do Vale do Paraíba, não parecia haver espaço para a dúvida em relação ao nosso destino e à nossa integração a um certo modo de vida.

Os três principais eixos que estruturam a **transição** à vida adulta estavam presentes em nossa brincadeira: o casamento e o estabelecimento de uma família; o trabalho – que não era simplesmente o desempenho de uma atividade, mas passava por uma identidade profissional, conquistada após a realização de um curso superior; e também a moradia – uma vez que a possibilidade de residir em outra cidade comportava a dimensão da “saída” da casa dos pais (DUBAR, 1999).

Ainda que trajetórias tão lineares de **inserção** como essa que projetávamos talvez jamais tenham chegado a constituir a regra, tanto mais em nossa realidade brasileira em que esta **cultura do emprego** alcançou somente uma parcela da população, a brincadeira não deixa de ser bastante eloquente a respeito dos valores para os quais estávamos sendo socializados.

Muito rapidamente, no entanto, aprenderíamos o quanto o mundo de estabilidade – financeira, profissional, familiar, identitária... – que integrava nossas fantasias sobre o futuro podia ser frágil. De fato, com as mudanças que mostraram suas dimensões mais evidentes ao longo dos anos 1990, parece difícil imaginar que as crianças de hoje, independente da classe social, partilhem dessas mesmas crenças: com a reorganização do mercado de trabalho e com a pluralização das formas de contratação, o futuro parece bem menos previsível que antes, o que traz consequências importantes para nossas formas de experimentar o tempo, reorganizando as relações que estabelecemos entre passado, presente e futuro (AUGUSTO, 2007).

Tendo como referência a perspectiva e as narrativas de jovens que passaram pela situação de **desemprego oculto pelo desalento**, este artigo procura refletir sobre as transformações nas relações entre uma **cultura do emprego** e uma **cultura**

do trabalho¹, entendidas como figuras fundamentais para a compreensão da especificidade da experiência salarial brasileira. Enquanto a **cultura do trabalho** se aproxima do universo de valorização do trabalho, da família e da casa, de modo bastante próximo ao imaginário ligado aos esforços de afirmação identitária dos “pobres, porém honestos”², a **cultura do emprego** se constitui a partir da ideia de “cidadania regulada”³, isto é, é erigida em torno de uma experiência de cidadania restrita aos trabalhadores ligados ao mundo formal do trabalho, mediada pela carteira de trabalho assinada, diferenciada de acordo com a categoria profissional de pertencimento. Na experiência salarial brasileira, essas duas culturas não cessam de se provocar reciprocamente, aparecendo como fundamentais para a compreensão de algumas de nossas contradições.

Se, como argumentamos, a relação dinâmica entre essas duas culturas aparece como importante para a produção de identidades profissionais no contexto brasileiro – devido às características de nosso mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, devido aos contornos de nossa experiência de cidadania e direitos –, importa conhecer quais transformações cada uma dessas culturas vem sofrendo e quais as consequências disso para a construção de sentidos para trajetórias ocupacionais.

O artigo inicia pela apresentação da categoria **desemprego oculto pelo desalento** e descrição das condições em que a pesquisa de campo foi realizada; segue com a apresentação e análise das narrativas coletadas e conclui com algumas considerações sobre os possíveis significados que essas experiências juvenis, ouvidas em um momento de intensa crise e altas taxas de desemprego, podem ter para a compreensão das especificidades e dos novos contornos de nossa experiência salarial.

Interrupções na procura de trabalho: a categoria desemprego oculto pelo desalento

No contexto europeu, a categoria desemprego se constituiu no duplo registro institucional e estatístico – no âmbito do esforço de tratar o problema criado pela ausência temporária e involuntária de trabalho e também de conhecê-lo (TOPALOV, 1994).

¹ Os dados aqui apresentados foram coletados no âmbito de minha pesquisa de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FFLCH-USP, em 2004. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Cf. Telles (2001) e Zaluar (1990).

³ Cf. Santos (1979).

Do ponto de vista institucional, e a fim de caracterizar a situação de ausência temporária e involuntária de trabalho em relação a outros tipos de falta de trabalho – por exemplo, a vadiagem ou a impossibilidade de trabalhar –, a situação de desemprego será definida pela conjunção de dois fatores: a falta de trabalho e a atividade de procura por um novo posto. Desse modo, podemos perceber o caráter normativo da definição, que irá progressivamente tornar mais clara a distinção entre aqueles continuamente ligados ao mundo do trabalho e aqueles que dele se encontram apartados.

Do ponto de vista da estatística, igualmente, a ideia de uma população economicamente ativa, definida por parâmetros como a idade legal para o trabalho e a relação com o mercado de trabalho em um certo período de referência, também terá como preocupação distinguir as diferentes situações ocupacionais. No contexto de mercados de trabalho estruturados em torno de relações contratuais do tipo empregatícias, tais situações costumam ser, tipicamente, três: emprego, desemprego e inatividade.

Vale notar o quanto tais situações se referem a momentos distintos de uma trajetória ocupacional – a inatividade sendo característica dos momentos anteriores e posteriores à entrada no mercado de trabalho (escolarização e aposentadoria), o emprego sendo a norma de uma vida ativa típica e o desemprego consistindo em breves períodos de transição entre um emprego e outro, intercorrência que tanto faz parte de uma trajetória que a ela se ligam direitos como benefícios de seguridade (seguro-desemprego) e serviços de apoio, como a intermediação de mão-de-obra.

A generalização da norma salarial, portanto, projeto implementado em especial após a II Guerra Mundial, a partir das ideias-força de seguridade social e de segurança econômica – de que Beveridge e Keynes, respectivamente, talvez sejam as figuras mais emblemáticas – passou, portanto, pela normalização das diferentes situações ocupacionais e pelo estabelecimento da ideia de que a integração social se faria pela via privilegiada do emprego (CASTEL, 1999).

Aqui esboçado em traços bastante grosseiros, sublinha-se o processo por meio do qual a emergência da categoria desemprego se liga a uma certa experiência salarial, entendida como os contornos da relação que se estabeleceu, em especial nos países europeus e, em menor medida, nos Estados Unidos da América, entre integração social, contratos de trabalho estáveis, do tipo emprego, e cidadania.

Com toda heterogeneidade que, sem dúvida, o processo geral descrito comporta⁴, é necessário reconhecer que, ainda assim, até pelo menos a crise

⁴ A esse respeito, é interessante tomar o trabalho de Margaret Maruani (2002), que sugere que o aumento das taxas de desemprego e a crise da categoria evidenciaram a restrição das situações que a categoria sempre iluminou – em geral, as trajetórias de homens, pais de família, em posições

que se inicia no final dos anos 1970, tais países experimentaram uma relativa homogeneidade na estruturação de seus mercados de trabalho. Esse não é, certamente, o caso do Brasil ou de outros países em desenvolvimento⁵.

Se nossa experiência recente parece estar caminhando na direção da recuperação de taxas progressivas de formalização – alcançando 51,1% em outubro de 2010, conforme dados da Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010) –, nota-se que esse número implica a existência de outros 48,9% da população ocupada em trabalhos informais, desprotegidos. Somada a essa coexistência de diversos mercados de trabalho, encontramos também a alta rotatividade dos trabalhadores em seus postos, facilitada pela existência do mecanismo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Num mercado pouco estruturado em torno da norma salarial e, ademais, num país que, pelo menos até 1988, tinha um modelo de proteção social tão bem definido por Wanderley Guilherme dos Santos (1979) como característico de uma “cidadania regulada”, a fragilidade dos mecanismos de seguridade dificulta a tipificação das situações ocupacionais nos mesmos termos que aqueles existentes nos países europeus.

Institucionalmente, é muito recente o esforço em distinguir as situações ocupacionais, tornando-as operacionalizáveis em termos de elegibilidade para recebimento de seguros e, mesmo assim, há imensa preocupação – principalmente justificadas pela austeridade fiscal – em restringir as formas de seguro-desemprego àqueles ligados ao mercado formal de trabalho (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, 2006).

Do ponto de vista da estatística, seguindo recomendações internacionais, desde os anos 1970 vêm sendo empreendidos esforços para a construção e adoção de categorias e conceitos capazes de lançar luzes sobre a dinâmica de mercados

ocupacionais qualificadas que lhe conferiam um estatuto profissional. A situação de mulheres, jovens ou imigrantes ficava nas zonas de sombra, o que indica a desigualdade na generalização da norma salarial em tais países, mesmo no período de crescimento econômico e expansão de empregos.

⁵ A constituição do mercado de trabalho brasileiro se caracteriza pela forte heterogeneidade, em relação à diversidade das estruturas ocupacionais nos mercados regionais, pela diferenciada distribuição e peso dos setores produtivos pelo território e, principal fator para a análise aqui empreendida, diversidade das situações ocupacionais para além da relação de **emprego**. Tal heterogeneidade se expressa, por exemplo, no achado de Guimarães et. al. (2003) sobre a enorme dificuldade na constituição de padrões de trajetórias ocupacionais de trabalhadores, mesmo quando tomando como referência períodos anteriores à crise do final dos anos 1980, o que os leva a sugerir a existência de um padrão de **emprego recorrente** em mercados regionais marcados pela formalização e pelo setor industrial, como no caso da Região Metropolitana de São Paulo. As tensas relações entre o mercado formal e informal, ao mesmo tempo opostas, respectivamente signos do moderno e do atraso, e complementares (Cf. OLIVEIRA, 2003). É a essa configuração heterogênea que vieram se somar os efeitos dos processos de reestruturação produtiva e de desregulação das leis de trabalho, que vieram se desenvolvendo desde o final dos anos 1970.

de trabalho como os nossos (JARDIM, 2009a). É no âmbito de tais esforços que a noção de **desemprego oculto** pode ser entendida: a partir da compreensão de que, em mercados de trabalho como o brasileiro, a categoria desemprego apreende apenas os movimentos da população mais próxima ao núcleo formalizado, procura-se conferir visibilidade às situações que, embora típicas em tais mercados, restariam ocultas se aplicados apenas os critérios de falta de trabalho e procura.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), metodologia desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), é uma pesquisa de tipo domiciliar, que foi testada em 1983 e passou a ser aplicada mensalmente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) a partir de 1984 (TROYANO, 1985). Uma de suas principais inovações foi a ampliação da noção de desemprego. No contexto da pesquisa, a situação que combina ausência de trabalho e busca ativa passou a ser compreendida como **desemprego aberto**: por seus critérios, tal categoria coincide com aquela utilizada nos países de mercado de trabalho mais homogêneos e organizados em torno da norma salarial. Para apanhar as situações típicas de nosso mercado de trabalho, considerou-se também o **desemprego oculto**, composto pelas situações em que a ausência de mecanismos institucionais de apoio e a necessidade de sobrevivência levaram à assunção de atividades, ainda que precárias – que são consideradas como **desemprego oculto por trabalho precário** – e pelas situações em que o desemprego prolongado (por mais de doze meses) pode significar uma interrupção temporária na atividade de procura, embora tal interrupção não represente o fim da necessidade e/ou da vontade de trabalhar – caracterizando o **desemprego oculto pelo desalento**. A soma entre a taxa de **desemprego aberto** e de **desemprego oculto** resulta na taxa de **desemprego total**, que permite dimensionar de modo mais realista as vicissitudes dos trabalhadores em mercados de trabalho como o brasileiro⁶.

Para além do conhecimento de tipo estatístico, em minha pesquisa de mestrado procurei compreender as razões que levavam os indivíduos a interromper a busca por um novo trabalho. Interessava-me descobrir: como decidiam parar de procurar? Como usavam seu tempo de interrupção? Quais estratégias utilizavam para sustentar sua identidade nos momentos de interrupção da procura? Como ficavam as relações familiares? Em que lugar, em sua trajetória de trabalho, inseriam o período de interrupção da procura?

Um problema se colocava desde o início: onde encontrar pessoas em situação de desemprego oculto pelo desalento? A pesquisa de campo, realizada entre outubro

⁶ Não é objetivo desse artigo explicar detalhadamente os critérios de operacionalização das categorias. Para isso, ver SEADE (1995).

de 2002 e janeiro de 2004, foi feita em um espaço de intermediação de mão-de-obra que, então, era operado por uma Central Sindical – o Centro de Solidariedade de Osasco⁷. Próximo à região central, o Centro acolhia trabalhadores de Osasco e região, bem como da zona oeste de São Paulo. Contando com o apoio da psicóloga responsável pelo atendimento aos desempregados que acorriam ao Centro, eu procurava conversar com aqueles que estivessem desempregados há mais de doze meses e que relatassem ter – por qualquer motivo – interrompido a procura por algum período.

Vale explicitar que, no projeto de pesquisa, eu não imaginava encontrar tantos jovens. Ainda que, do ponto de vista da categoria estatística, o **desemprego oculto pelo desalento** seja fronteiro com as situações de inatividade e, portanto, confira visibilidade principalmente à situação de jovens e mulheres, surpreendeu-me seu duplo aparecimento – de fato e sociológico. Eles apareceram de fato, nas filas de emprego, em sua disposição para falar comigo, em sua duradoura situação de busca por trabalho. Mas também apareceram sociologicamente, enunciando sua condição juvenil em suas próprias narrativas, mas também referidos na fala dos adultos, como eixos privilegiados de problematização do presente, onde a crise – naquele momento bastante intensa – ganhava contornos mais claros⁸.

Como compreender tal aparecimento? Para esboçar respostas a essa questão, passemos à escuta de suas narrativas.

Recusa ao trabalho ou recusa ao destino?

Uma queixa comum entre os adultos ouvidos durante a pesquisa foi a de que “os jovens não têm disposição para o trabalho”. Segundo esses adultos, trabalhadores manuais ou pouco qualificados que desenvolveram suas trajetórias de trabalho num contexto em que o emprego aparecia como realidade ou possibilidade – ainda que conformando um padrão de **emprego recorrente** (GUIMARÃES et al., 2003), mais do que uma carreira –, a despeito da importância do trabalho juvenil para evitar uma vida de vadiagem ou crimes, os jovens “de hoje” teriam menos disponibilidade para o trabalho, não seriam capazes de “vestir a camisa” como os trabalhadores de outrora e não teriam disposição para começar dos postos mais baixos na hierarquia. Além disso, embora mais escolarizados,

⁷ Com as mudanças recentes na gestão do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR), o serviço passou a ser operado pela Prefeitura Municipal de Osasco, adotando o nome de Portal do Trabalhador.

⁸ Em 2003, a taxa de **desemprego total** na RMSP chegou a 19,9%, conforme dados da PED (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 1995).

teriam pouca experiência de vida e, em relação aos chefes de família, menor necessidade de trabalhar.

Contrapondo-se a tais ideias, a narrativa de Mário é bastante interessante. Aos 18 anos, desempregado há dois na ocasião da entrevista, Mário apresentava um comportamento distinto das características que os adultos atribuem aos jovens: concluindo o último ano do ensino médio, ele já havia acumulado a realização de mais de dez cursos de qualificação profissional⁹, quase todos na “área” gráfica, que era o segmento do mercado de trabalho onde desejava se inserir. Com relativa clareza em relação aos limites e às possibilidades abertas diante de si, Mário procurava o tempo todo afirmar, em sua narrativa e em suas ações, sua adesão aos critérios que, atualmente, parecem definir o perfil de um “trabalhador ideal”.

Estudos que procuram questionar a ideia de que os jovens sofreriam de uma “alergia ao trabalho” sugerem que, menos do que recusar o trabalho, tais jovens recusam o trabalho esvaziado de sentido (BAJOIT; FRANSSEN, 1997; SCHEHR, 2000). Mas podemos sugerir também que há um desencontro entre os sentidos atribuídos pelos adultos e os eixos que estruturam os sentidos com os quais os jovens avaliam o trabalho: nas falas de Mário, por exemplo, vêm à frente da cena os valores de realização pessoal, aprendizado constante, possibilidade de crescimento (do ponto de vista pessoal e da carreira), qualidade do ambiente de trabalho (avaliada a partir do tipo de sociabilidade estabelecida), enfim, trata-se da valorização de aspectos que se afastam das noções de dignidade, autonomia e provisão das necessidades familiares, que – no registro de uma **cultura do trabalho** – conferiam sentido às ocupações assumidas pelos adultos, independente da qualidade formal do vínculo.

O comportamento e a narrativa de Mário dão notícia, portanto, de outro tipo de comportamento diligente: ele não empreende apenas a “correria” que marca as narrativas de adultos, especialmente dos homens; em conjunto com a atividade de busca, está a intensa atividade de preparação para a circulação no mercado de trabalho, valorizando a educação profissional e, nesses movimentos, constituindo seu merecimento.

É a certeza de que “faz por merecer” que leva Mário a se sentir cansado e com raiva, frente às várias negativas que recebe. É ainda a aparente aleatoriedade de uma dinâmica que recusa a ele, que “faz por merecer”, oportunidades que oferece a outros, que “não querem nada com nada”, “que nem sabem o que querem” ou que

⁹ Importa sublinhar que os cursos ao alcance de Mário eram, em especial, aqueles oferecidos por fundações e ações de institutos de responsabilidade social. Ao mesmo tempo em que abrem novas possibilidades para os jovens atendidos, tais cursos acabam por enredá-los na espécie de armadilha representada pelas expectativas que levantam e pela impossibilidade de fazer frente a elas, devido aos limites próprios a tais ações que, ademais, têm os jovens como alvo menos por apostar na eficácia das iniciativas e mais porque é sobre eles que recaem medos e figurações da ruptura da segurança (civil e social). Cf. Castel (2008).

“não pensam no futuro” que planta em Mário uma sensação de inconformismo. Em sua narrativa, essa foi a principal razão para que decidisse interromper suas buscas por trabalho.

Por que falo de merecimento? Para além dos critérios de mérito, bases sobre as quais se assenta a legitimidade da estrutura de desigualdades numa sociedade democrática e competitiva (DUBET, 2003), aos quais os jovens entrevistados buscam corresponder, no esforço de constituição de sua **empregabilidade** – permanecendo na escola, realizando cursos profissionais, acumulando experiências etc. –, há também uma implicação ético-subjetiva, em que se procura corresponder às expectativas menos evidentes, mas ainda assim circulantes nos discursos de recursos humanos: tratam-se quase de modos de ser, de sentir e de pensar.

Em certo sentido, não há nenhuma novidade na importância que essa implicação ético-subjetiva assume para a produção da identidade do trabalhador: a própria ideia de **cultura do trabalho** comporta uma dimensão ética, expressa na já referida figura do “pobre, porém honesto”, identificado ao universo moral do trabalho ainda que alijado da participação no mundo comum de direitos que conforma a **cultura do emprego** (TELLES, 2001). O que parece novo é o tipo de implicação exigida, que passa menos por comportamentos expressos e mais por disposições psicológicas – “manter-se firme”, “mostrar-se flexível”, “não se acomodar”...

É o sentimento de estar identificado a tais disposições, para além das componentes meritocráticas de estar terminando o ensino médio e de realizar cursos, que torna a experiência que Mário faz do desemprego tão sofrida: “Eu vejo lá em casa, tem pessoas que nascem sortudas, porque meu irmão, que nunca procurou emprego na vida – tem 17 anos –, só vivia deitado; eu fiz a ficha dele no CIEE [Centro Integração Empresa-Escola], vai e chamam ele para fazer um estágio. Nunca foi uma vez lá no CIEE, em Alphaville, nunca foi fazer a ficha, nunca deu currículo. E ele consegue um emprego? Isso deixa qualquer um com raiva, eu já... Eu fiquei cansado mesmo”.

Sua estratégia de realizar cursos e de, desde já, identificar-se a uma “área” de atividade provoca conflitos com os pais. Ainda que Mário reconheça que seu padrasto é, em grande medida, responsável por sua interpretação de que é necessário ter um projeto profissional – contrapondo sua percepção a dos amigos, que “[...] são muito acomodados. A maioria... Olha, eles viveram sempre na rua, os pais não souberam educar eles dentro de casa para querer um objetivo” –, o desencontro entre seus esforços e a falta de resultados de sua procura causam brigas: “Olha, sem preguiça vou procurar emprego. Agora, a raiva é que a minha mãe joga na cara: ‘Ah, faz tudo isso e não consegue arrumar emprego’; os cursos que eu faço quem banca

tudo é o meu pai, mas ele joga na cara: ‘Para que tanto curso que você está fazendo, se você não consegue nada?’”.

Ao contrário do padraço, que o impediu de começar a trabalhar aos 16 anos, a mãe implica com Mário, acusando-o de ser ganancioso, em especial por ter recusado os trabalhos que ela lhe arranhou, como pedreiro e numa mercearia do bairro. E quando ele tenta explicar a ela que hoje o mercado de trabalho é outro em relação ao que ela conheceu, ela fica brava, afirma com veemência o valor de sua experiência e de seu conhecimento. Evidencia-se, mais uma vez, a dificuldade que as gerações enfrentam para a partilha de suas experiências – a rapidez das transformações tornou possível que, no intervalo de tempo de uma mesma vida ativa, o mundo do trabalho seja outro. Daí também a observação de que a interrupção da procura, no caso dos adultos, adquirir o sentido da desistência frente a um jogo cujas regras repentinamente se modificaram.

As apostas familiares e pessoais na escolarização e na qualificação profissional se frustram nos inúteis esforços de Mário em conseguir um emprego. E esse desencontro provoca a desconfiança de que algo está errado: para os pais, é Mário quem erra, ao recusar trabalhos que lhe garantiriam uma primeira experiência registrada (pois ele já havia trabalhado com o pai e, por um curtíssimo período, numa agência de telemarketing) e ao pretender se inserir numa “área” em que seu capital social e familiar nada vale (o pai é advogado e gostaria que ele fizesse Direito); para Mário, errada é a dinâmica do mercado de trabalho, que exige de jovens como ele uma experiência registrada que eles, seja por não terem trabalhado, seja por terem acesso apenas a serviços informais, não possuem; que promete recompensar méritos e competências, mas não abrem oportunidades para os iniciantes; que parece funcionar aleatoriamente, negando os valores circulantes em favor da reprodução de uma estrutura de desigualdades.

A raiva sentida por Mário e sua experiência de desalento falam do desencontro entre as possibilidades abertas aos jovens de sua geração, mais escolarizados que seus pais, com mais oportunidades de realização de cursos formais de qualificação, e o mercado de trabalho em crise que encontraram no momento do primeiro emprego. Sua experiência também fala da dificuldade de manutenção dos valores presentes na **cultura do trabalho**, que se constituiu orientada pela perspectiva futura de integração pela via do emprego, num momento em que, para além da crise econômica e das altas taxas de desemprego, parecia se consolidar a ideia de “fim do emprego”. Como dar sentido à instabilidade do presente com referência à perspectiva de que a flexibilidade e o risco caracterizariam todas as trajetórias ocupacionais? (SENNETT, 2004). Como dar sentido às dificuldades do presente tendo diante de si uma vida de atribuições?

Nesse sentido, ainda que dolorosamente, a experiência de desalento de Mário ganha sentido por integrar, em sua narrativa, seu esforço de escapar de um destino privado (como depender da vontade e da rede de contatos do padrasto) e de um beco sem saída (representado, para ele, pelos trabalhos manuais e “pesados”). Ainda que com dificuldade, sua experiência se legitima pela adesão a uma **cultura do emprego** diferente daquela que orientava as práticas de seus pais: menos que procurar por estabilidade, Mário procura se inserir em um segmento do mercado de trabalho em que a mobilidade tenha o sentido da construção de uma identidade profissional e do desenvolvimento pessoal.

Quando a interrupção significa impotência

Há os casos, no entanto, em que a interrupção da procura resulta de uma dolorosa experiência de desigualdade, como no caso de Deise, que na ocasião da entrevista tinha 20 anos, ensino médio completo estava desempregada há mais de um ano e, depois de uma violenta experiência de rejeição num processo seletivo, ficou por seis meses sem conseguir sair de casa.

Este relato não me foi feito por ela, mas por sua mãe, Edite (então com 49 anos, desempregada há seis meses, embora, antes disso, nos últimos três anos só estivesse encontrando trabalhos temporários como faxineira. Em especial naquele contexto de altas taxas de desemprego, Edite acumulava desvantagens por ser mulher, negra e não sabe ler e escrever).

Essa história apareceu enquanto ela me contava sobre as estratégias de procura que ela e suas três filhas (de 17, 18 e 20 anos) adotavam. Falando das dificuldades de procurar, devido ao alto custo das passagens de ônibus e do cansaço de percorrer longas distâncias até, Edite também narrou sua preocupação com a questão do “primeiro emprego”, dizendo que a tentação do crime, para os jovens, é maior do que para os adultos. Por isso, conforme me contou, sempre conversava com suas filhas, aconselhando-as a “manter suas cabeças no lugar”.

Afirmando sua confiança de que iria encontrar um emprego, Edite retomou a ideia do aconselhamento às filhas: “É isso que eu falo para a minha filha: você vai hoje, se não dá certo você vai conseguir”. E então contou o episódio que deu razão à interrupção da procura por parte de sua filha mais velha: “[...] A minha filha mais velha, tem 21, vai fazer 21 anos, um dia ela chegou assim para mim: ‘mãe, não vou mais sair para achar serviço’. Por que? ‘Sei lá, mãe, achei que o pessoal dá mais experiência para as pessoas que são mais brancas e que o preto fica pelo canto’. Uma vez, ela foi fazer uma ficha, fez a ficha, passou na entrevista, e então ficou ela e mais

duas e ela passou na entrevista, né? Ela saiu de casa de manhã, que a mulher ligou para ela ir conversar. Aí, quando chegou lá, porque ela é um pouco gordinha, sabe? Foi logo o que a mulher falou de cara para ela: ‘olha, você é um pouco gordinha e eu não vou deixar de pegar essa (que estava num canto, era uma menininha branca, sabe?) que tem aparência para pegar você que não tem aparência e aí você aguarde que quando eu precisar eu mando te chamar’. Nossa, essa menina chegou em casa num desespero... Aí eu falei para ela, ‘Não, Deise, não fique desesperada, não, que um dia você vai arrumar!’ . [...] E a outra nem estudo não tinha, não tinha nada. E ela ficou sem sair de casa por seis meses, sabe? Eu tinha que levar ela num médico, ela precisou de um psicólogo, para chegar e tirar isso da cabeça dela. Até hoje ela não se conforma”.

Lembro-me de ter ficado muito impressionada com o relato de Edite, não apenas pela imensa violência sofrida por sua filha, mas também pelo “abandono” que revelou: ela levou a filha ao psicólogo, mais tarde ensaiou ir tomar satisfações com a responsável pela seleção, mas tanto as ações quanto os argumentos restavam na esfera privada, sem nenhuma referência ao mundo dos direitos civis e sociais. Qualificada por seus méritos e seu nível de escolaridade, Deise foi desqualificada por sua cor e por sua “aparência” – e vale destacar que ela não foi a única mulher entrevistada a relatar ter sido preterida ou creditar a dificuldade de encontrar emprego a estar acima do peso.

Os preconceitos de cor e de “aparência”, sem dúvida operantes no funcionamento do mercado de trabalho a despeito de todos os esforços em contê-los na desigualdade que produzem, aparecem nesse relato de modo bastante explícito. Assim como também fica explícito no relato de outro episódio, dessa vez vivido pela própria Edite, ao contar de como foi recusada como substituta de uma colega que faltara, faxineira de um banco na Av. Rebouças, por ser negra: o gerente, sem maiores constrangimentos, simplesmente comunicou que “não poderia ficar com ela”.

Edite resume o sentimento provocado: “isso aí machuca”. E também apresenta uma análise acurada: “Sabia que tem muitos jovens que faz muita coisa [crimes] por causa disso aí? Porque tem muitas [pessoas] que vão e conseguem [o emprego], mas tem outras que só no olhar, já percebe [por que não conseguirá], né?”¹⁰.

François Dubet (2004)¹¹, refletindo sobre a noção de justiça que orienta as políticas em sociedades democráticas nas quais os cidadãos estão em situação de igualdade, sugere que, a despeito da fundamental importância que a ficção de

¹⁰ Sobre a representação dos trabalhadores pobres como “otários” que aderem a um jogo que lhes é francamente desfavorável, ver Zaluar (1985).

¹¹ O autor sugere que a possibilidade de superar os limites da justiça meritocrática está em complementá-la, sempre cuidadosamente, para evitar o risco da estigmatização, com as práticas de

igualdade de oportunidades e de meritocracia tiveram para a constituição de uma ordem social mais aberta às mobilidades sociais, estes ideais encontram seus limites na persistência de desigualdades e na existência de diferenças.

A pergunta que é necessário fazer, então, é quais são as desigualdades que julgamos toleráveis e quais as desigualdades que nos são intoleráveis. Sem dúvida que a desigualdade por preconceito de cor ou “aparência” se encontra entre aquelas intoleráveis, como sugere a existência de leis que visam coibir tais práticas. No entanto, o pouco tempo de enfrentamento público da questão entre nós talvez ainda seja insuficiente para uma efetiva transformação – e os jovens sabem bem que sofrem discriminação por sua cor, por sua forma de se vestir ou falar, pelo bairro de residência...

Dubet (2004, p.51-60) sugere que a experiência da desigualdade num contexto pretensamente meritocrático piora a situação do indivíduo que “fracassa”: numa sociedade em princípio aberta, que garante iguais oportunidades a todos, o “fracasso” não pode ser explicado com referência a nenhuma narrativa coletiva, sendo de responsabilidade individual. Daí a recusa de alguns jovens, no contexto escolar analisado por Dubet, mas podemos pensar que processos muito semelhantes ocorrem no contexto do mercado de trabalho, em participar de um jogo cujas regras não lhe favorecem. Retiram-se, portanto, para preservar a integridade de sua identidade.

Se todos os jovens entrevistados relataram a sensação de impotência diante de atendentes e processos seletivos que os condenavam a uma espera sem fim, como convencer Deise a retomar o jogo? Como restaurar a ficção meritocrática após uma experiência radical de descaso frente a seus esforços e suas capacidades?

A aposta meritocrática: concursos públicos como saída

Diante de um mercado de trabalho que parece pouco permeável à entrada de jovens com pouca experiência e ainda em fase de qualificação profissional, alguns jovens apostam na estratégia de recorrer aos espaços nos quais a ficção meritocrática tem mais chances de se efetivar.

Esse é o caso de Lutemberg, que tinha 22 anos e estava desempregado há um ano e cinco meses no momento da entrevista. Com curso técnico em processamento de dados, em telecomunicações e cursando o primeiro ano de administração, embora tivesse trabalhado um total de três anos, apenas uma de suas experiências havia

justiça redistributiva, que procuram intervir sobre as diferenças justamente para garantir que não se traduzam em desigualdades (DUBET, 2004). Ver também Castel (2008).

sido formalizada. Conforme me relatou, passou cerca de cinco meses sem procurar emprego, “em casa, chorando quase a maioria do tempo”.

Dos jovens entrevistados, Lutemberg foi o que mais “realista” se mostrou. Sonhava em fazer Educação Física, mas acabou decidindo fazer Administração – “estou precisando para ajudar minha família... então vou fazer uma área que dê um pouco mais de dinheiro, que tem uma expectativa melhor”. Ao voltar a procurar emprego, agora com as perspectivas abertas pelo início do curso superior, percebe que a importância da faculdade, até aquele momento, se devia mais ao ânimo renovado do que a oportunidades reais¹² – “quando você vai entrar no ramo que você está procurando, você vê que não é muito assim: você está estudando, você tem as coisas e **mesmo assim é difícil**, entendeu? A concorrência é grande, não é só você que está estudando e não é só você que está fazendo as coisas: tem muita gente fazendo e, às vezes, está fazendo um curso melhor, uma coisa melhor, e tem uma chance melhor”. Por essa razão, conciliava o “investimento” na realização da faculdade com a preparação para concursos públicos, reconhecendo aí uma oportunidade de superação das barreiras percebidas, bem como de consecução de um emprego estável – algo que, no mercado de trabalho, só via como possível após o acúmulo de experiência, num prazo que estimava em, mais ou menos, oito anos.

Assim, os sonhos vão se adequando às possibilidades. Sua narrativa acerca da escolha da faculdade é muito eloquente a respeito de como a trajetória vai se desenhando conforme aquilo que, a cada momento, é visto como possível. Como Lutemberg é filho único, e mora com a mãe e a avó, sente sobre si o peso da responsabilidade de provisão; essa, aliás, é uma das razões que levantou para explicar o desespero que levou à decisão de parar de procurar: sentia-se inútil, dando despesas sem poder contribuir com seu pagamento. Assim, desistiu de fazer a faculdade de Educação Física em favor de um curso que oferecesse maior “liquidez”, isto é, que mais rapidamente se transformasse em um emprego. Pensou em fazer Engenharia Eletrônica, mas desistiu devido ao curso ser integral. O que lhe pareceu possível, então, foi o curso de Administração, na faculdade que podia pagar. E agora procurava um estágio ou um emprego, para fazer o investimento render e, assim, conseguir mudar para uma escola melhor conceituada, aumentando suas chances de uma boa inserção.

Enquanto tais projetos se estruturam, Lutemberg também estuda para passar num concurso público, entendendo que “[...] a melhor forma de arranjar emprego é num concurso, mas só que você tem que se dedicar, estudar, não adianta você só se inscrever, ir lá fazer a prova e achar que vai passar. Aí estou me dedicando também

¹² Sobre a importância dos cursos de qualificação, em especial de nível superior, para a restauração da confiança nos próprios projetos profissionais, ver Tartuce (2007).

nessa área, para passar no concurso público, que eu acho que pelo menos é um serviço garantido, que a remuneração é boa e tudo mais”.

Frente às dificuldades encontradas no mercado de trabalho, Lutemberg sustenta sua identidade a partir de uma aposta dupla: num projeto profissional, que se realiza somente no médio e longo prazos, e numa saída possível, mais imediata. Não chega a recusar o jogo – ainda que se canse de chegar das “maratonas” sem resultado algum –, mas também procura modos de escapar dele, de apostar suas fichas também em outro jogo, em que as regras são, ao menos, explícitas e transparentes.

Considerações finais: chaves inúteis?

As narrativas dos jovens, aqui muito brevemente apresentadas, sugerem uma alteração nas relações entre **cultura do emprego** e **cultura do trabalho**, resultantes das transformações que vieram ocorrendo no mundo do trabalho e também nas formas de proteção social. Se, para a geração de seus pais, as trajetórias profissionais adquiriam sentido no confronto entre uma cultura do trabalho que procurava atribuir significado a uma experiência muitas vezes descontínua e privatizada no mercado de trabalho, preservando o sentido de dignidade do “pobre trabalhador” e distinguindo-o no interior do universo indistinto da pobreza e uma cultura do emprego que se restringia àqueles que logravam se vincular, estável ou frequentemente, ao mercado de trabalho formal (JARDIM, 2009b), as experiências desses jovens manifestam uma reorganização nessas relações. A cultura do trabalho, tal como presente na prática de seus pais, é insuficiente para atribuir sentido às suas experiências de trabalhos precários, temporários, intensivos em uso da força, informais... E a cultura do emprego não oferece um horizonte de inserção estável – o emprego, em suas experiências, aparece como desejo e projeto apenas para possibilitar a inserção numa teia de relações menos precárias, referidas a um conjunto de direitos comuns que os retiraria da esfera privada.

O desencontro entre os projetos para os quais foram socializados e as chances que efetivamente encontram é fonte de intenso sofrimento – traduzido em conflitos abertos ou apenas na angústia em não corresponder às expectativas de pais que, muitas vezes por meio de sacrifícios, esforçaram-se em mantê-los na escola e fora do mercado de trabalho. Seu desalento, nesse sentido, ainda que tenha significados subjetivos heterogêneos, assume um significado sociológico semelhante: é como se, no momento em que finalmente chegam às portas do mercado de trabalho, as chaves de que dispõem – forjadas na família, na escola, nos cursos de qualificação... – se revelassem inúteis. Insuficientes ou inadequadas, as chaves foram preparadas para abrir outra porta que não esta que encontraram.

Para além da situação de **transição** própria ao momento que vivem no ciclo de vida, chegando ao mercado de trabalho num momento de crise de referências e categorias, foram apanhados também na transição entre modelos produtivos e formas de estruturação do mercado de trabalho. Por isso suas narrativas são, ao mesmo tempo, tão doloridas e tão eloquentes.

**USELESS KEYS? CHANGES IN EMPLOYMENT'S AND LABOR'S
CULTURE FROM THE PERSPECTIVE OF YOUNG PEOPLE'S
EXPERIENCE OF DISCOURAGED UNEMPLOYMENT**

ABSTRACT: *From the perspective of young persons that live at São Paulo's metropolitan area, and taking account their narrative of work and search for work, this article aims to illuminate the new relations between a work's culture and a labor's culture. Analyzing the projects and the meanings attributed by those young persons to their own trajectory, we argue that, as long as their discourse points out recent changes in labor market, their narratives also reveal new forms of experiencing social, cultural and economic inequalities. In this sense, their decision to interrupt the search for work appears sometimes as a refusal, but also as an astonishment in front of a reality that is different from that the socialization they have been submitted prepared them for.*

KEYWORDS: *Culture of labor. Culture of employment. Youth and labor. Labor's market. Inequalities. Discouraged unemployment.*

Agradecimentos

Agradeço a Prof. Dra. Heloisa H. T. de Souza Martins, interlocutora fundamental para que me fosse possível pensar as questões propostas pelos jovens entrevistados.

Referências

ANDRADE, C. D. de. **José e outros**. Rio de Janeiro: Record, 1959.

AUGUSTO, M. H. O. O presente e a juventude. In: BRUNI, J. C.; BARRETO, L. M.; MARQUES, N. (Org.). **Decifrando o tempo presente**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2007. p.45-68.

BAJOIT, G.; FRANSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v.5-6, p.76-95, maio-dez. 1997.

CASTEL, R. **A discriminação negativa**: cidadãos ou autóctones? Tradução de F. Moras. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2008.

_____. **As metamorfoses da questão social**. 2.ed. Tradução de I. D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1999.

DUBAR, C. Réflexions sociologiques sur la notion d'insertion. In: CHARLOT, B.; GLASMAN, D. **Les jeunes, l'insertion, l'emploi**. 2.éd. corrigée. Paris: PUF, 1999. p.29-37.

DUBET, F. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.123, p.539-555, set./dez. 2004.

_____. **As desigualdades multiplicadas**. Tradução de S. Miola Ijuí: Ed. da Unijuí, 2003.

GUIMARÃES, N. A. et. al. Vivendo a recorrência do desemprego: trajetórias e biografias de desempregados na Região Metropolitana de São Paulo. In: GUIMARÃES, N. A. (Coord.). **Desemprego**: abordagens institucional e biográfica: uma comparação Brasil, França, Japão., São Paulo: CNPq, 2003. CD-ROM. Relatório científico, edital CNPq 01/2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab2.shtm>. Acesso em: 21 out. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E APLICADAS [IPEA]. Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil. In: TAFNER, P. (Ed.). **Brasil**: Estado de uma nação. Brasília, 2006. p.397-446.

JARDIM, F. A. A. **Do desempregado ao desemprego**: desenvolvimento das políticas públicas de emprego no Brasil. 2009a. 159f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009a.

_____. **Entre desalento e invenção**: experiências de desemprego e desenraizamento em São Paulo. São Paulo: Annablume, 2009b.

MARUANI, M. **Les mécomptes du chômage**. Paris: Bayard, 2002.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCHEHR, S. Processus de singularisation et formes de socialisation de la jeunesse. **Liens Social et Politiques**: RIAC, Montréal, n.43, p.49-58, 2000.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS [SEADE]. **PED**: conceitos, metodologia e operacionalização. São Paulo, 1995.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. 8.ed. Tradução de M. Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TARTUCE, G. L. B. Da escola ao trabalho: tensões e intenções dos jovens à procura de emprego em agências do centro de São Paulo. In: GUIMARÃES, N. A. (Coord.). **À procura de trabalho**: instituições de intermediação e redes sociais na saída do desemprego: São Paulo numa perspectiva comparada. São Paulo: CEBRAP, 2007. p.313-352. Relatório Final ao CNPq – Aux. 481268/2004-9, São Paulo, Centro de Estudos da Metrópole (CEM)/ Departamento de Sociologia – USP/ Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

TELLES, V. S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: 34, 2001.

TOPALOV, C. **Naissance du chômeur, 1880-1910**. Paris: Albin-Michel, 1994.

TROYANO, A. A. A necessidade de uma nova conceituação de emprego e desemprego: a pesquisa da Fundação Seade/Dieese. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.1, n.1, p.2-6, jan-abr. 1985.

ZALUAR, A. **Gênero, cidadania e violência**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990. (Primeira Versão, 18).

_____. **A máquina e a revolta**. Brasiliense: São Paulo, 1985.

Recebido em: 04/01/2011

Aprovado em: 30/03/2011